



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
CURSO DE DIREITO

**A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE  
ENCANTADO – RS**

Dalton José Nichel

Lajeado, novembro de 2018

Dalton José Nichel

## **A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE ENCANTADO - RS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – Etapa II do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Me. João Antônio M. Peixoto

Lajeado, novembro de 2018

## RESUMO

O Brasil vive um momento de envelhecimento populacional decorrente de vários fatores, sendo necessário desenvolver políticas públicas para realizar melhorias das condições de saúde, de lazer e acesso a bens e serviços ao idoso. Visando integrar e proteger o idoso na sociedade, foi criado o Estatuto do Idoso pela Lei 10.741/2003, com o objetivo de resgatar a sua cidadania e dignidade. O objetivo deste trabalho é verificar se o município de Encantado - RS possui políticas públicas de proteção e integração do idoso. O Direito Penal efetivamente protege o cidadão idoso contra os crimes previstos no Estatuto do Idoso. A importância do Tema decorre de como serão implementados os direitos dos idosos, considerando as políticas públicas desenvolvidas no Brasil. A solução da eficácia, acredita-se, recairá mais uma vez nos ombros dos munícipes. O Estatuto do Idoso, tal qual a Constituição Federal, estabelece uma série de direitos e garantias ao idoso. O presente trabalho visa verificar a efetividade do Estatuto do Idoso na cidade de Encantado, tanto na aplicação de políticas públicas, como na esfera criminal, como instrumento de proteção e integração do idoso nesta sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, executada, recorrendo ao método dedutivo, através de levantamentos bibliográficos, análise de trabalhos científicos e legislativos. Por conseguinte, as considerações iniciam por um apanhado acerca da pessoa humana como valor, especialmente, quanto à proteção dos direitos à honra, à intimidade, à vida privada, à saúde e à imagem do idoso. O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, será descrito o conceito genérico de idoso, a importância do idoso na família e na sociedade e a situação do idoso no Brasil; no segundo capítulo, o assunto será a proteção do idoso no ordenamento jurídico brasileiro, a proteção do idoso na Constituição Federal de 1988, a criação do Estatuto do Idoso, a proteção integral e a política de atendimento ao idoso; e finalmente o terceiro capítulo, será sobre a efetividade das políticas públicas de proteção integral ao idoso, as políticas públicas para a terceira idade no município de Encantado, as políticas públicas criadas para combater a violência contra o idoso no Brasil, principalmente, em Encantado em 2017.

**Palavras-chave:** Idoso. Estatuto do idoso. Políticas públicas. Proteção e integração.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 O IDOSO .....</b>	<b>6</b>
2.1 Conceito genérico de idoso .....	6
2.2 Importância do idoso na família e sociedade .....	9
2.3 A situação do idoso no Brasil .....	15
<b>3 A PROTEÇÃO DO IDOSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....</b>	<b>24</b>
3.1 A proteção do idoso na Constituição Federal de 1988 .....	26
3.2 O Estatuto do idoso (Lei 10.741/03) .....	28
3.3 Da proteção integral .....	30
3.4 A política de atendimento ao idoso .....	31
<b>4 A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO .....</b>	<b>34</b>
4.1 As políticas públicas para a terceira idade no Brasil .....	34
4.2 As políticas públicas para a terceira idade no município de Encantado em 2017 .....	37
4.3 As políticas públicas criadas para combater a violência contra o idoso no Brasil .....	42
4.4 A violência contra o idoso no município de Encantado em 2016/2017 .....	46
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento de envelhecimento populacional decorrente de vários fatores, sendo necessário desenvolver políticas públicas para realizar melhorias das condições de saúde, de lazer e acesso a bens e serviços ao idoso.

Apesar dos esforços já alcançados na proteção do idoso, deve-se centralizar novos esforços dirigidos à promoção da saúde, novos aprendizados e hábitos de vida que integrem o idoso à família e à sociedade. Visando integrar e proteger o idoso na sociedade, foi criado o Estatuto do Idoso pela Lei 10.741/2003, com o objetivo de resgatar a sua cidadania e dignidade

O município de Encantado - RS possui políticas públicas de proteção e integração do idoso. O Direito Penal efetivamente protege o cidadão idoso contra os crimes previstos no Estatuto do Idoso. Logo, o município de Encantado vem atuando junto aos idosos para lhes garantir a máxima proteção.

As políticas públicas foram aplicadas no município de Encantado no ano de 2017, conforme o Estatuto do Idoso criado pela Lei nº 10741/2003.

É preciso analisar a aplicabilidade dos direitos do idoso no município de Encantado, buscando verificar se as normas protetivas são aplicadas, conforme dispõe o Ordenamento Jurídico Brasileiro.

É importante examinar as normas protetivas dos direitos do idoso no âmbito Constitucional e no Estatuto do Idoso, explicando sua conceituação, a importância

do idoso para a família e sociedade, além da situação deste na atualidade brasileira, verificando se o município de Encantado possui políticas públicas específicas, dirigidas à proteção e lazer do idoso.

A escolha deste tema foi motivada pelo fato de que a população idosa está em franco crescimento populacional, o que exige uma demanda de ações de caráter protetivo e de preservação da qualidade de vida do idoso.

À medida que aumenta a expectativa de vida do idoso, busca-se verificar a eficácia do Estatuto do Idoso referente à garantia dos seus direitos sociais, notadamente questões relativas à proteção do idoso contra a violência e as dificuldades apresentadas na atual conjuntura para efetivar os seus direitos sociais adquiridos a partir da Constituição Federal de 1988.

A importância do Tema decorre de como serão implementados os direitos dos idosos, considerando as políticas públicas desenvolvidas no Brasil. A solução da eficácia, acredita-se, recairá mais uma vez nos ombros dos munícipes.

O Estatuto do Idoso, tal qual a Constituição Federal, estabelece uma série de direitos e garantias ao Idoso. O presente trabalho visa verificar a efetividade do Estatuto do Idoso na cidade de Encantado, tanto na aplicação de políticas públicas, como na esfera criminal, como instrumento de proteção e integração do idoso nesta sociedade.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, será descrito o conceito genérico de idoso, a importância do idoso na família e na sociedade e a situação do idoso no Brasil; no segundo capítulo, o assunto será a proteção do idoso no ordenamento jurídico brasileiro, a proteção do idoso na Constituição Federal de 1988, a criação do Estatuto do Idoso, a proteção integral e a política de atendimento ao idoso; e finalmente o terceiro capítulo, será sobre a efetividade das políticas públicas de proteção integral ao idoso, as políticas públicas para a terceira idade no município de Encantado, as políticas públicas criadas para combater a violência contra o idoso no Brasil, principalmente, em Encantado em 2017.

## **2 O IDOSO**

O termo idoso reporta à identificação de um indivíduo que já viveu muitos anos (SIMÕES, 2008). A genética explica o envelhecimento por meio da divisão das células (mitose). Destaca que neste processo de divisão, as sequências de DNA se encurtam, fazendo com que haja a perda progressiva da capacidade de renovação.

O estilo de vida de uma pessoa pode influenciar bastante para o seu envelhecimento. O ambiente também favorece ou não a longevidade de um indivíduo, considerando que a poluição, o abastecimento sanitário precário, o excesso de trabalho e outros fatores, podem aumentar a probabilidade de envelhecimento precoce.

Mercadante (2002, p. 2) salienta a importância de compreender-se o envelhecimento como um processo natural e cultural; “é natural se apreendida como um fenômeno biológico, mas é também imediatamente um fato cultural na medida em que é revestida de conteúdos simbólicos, evidenciando formas diversas de ação e representação”.

### **2.1 Conceito genérico de idoso**

Envelhecer é um fato natural a todos os seres vivos. Todo organismo que se caracteriza por ter vida apresenta reações vitais, que incluem crescimento, absorção de substâncias essenciais, eliminação de substâncias desnecessárias e tóxicas, reparação de tecidos danificados e, finalmente, a possibilidade de reprodução de

indivíduos da mesma espécie. Quando um ser orgânico nasce, todo seu esforço se concentra em crescer.

Logo, este tempo é variável para cada espécie. Este ser começa a se conectar com o ambiente, interagir com ele. Com o passar do tempo, estes processos vitais vão se tornando menos potentes e eficazes, até que este organismo não consiga mais mantê-los, tornando a vida inviável (NERI, 2001).

Apesar de a população, especialmente a brasileira, vir passando por um rápido processo de envelhecimento, os estudiosos do Direito não têm dedicado a devida atenção a este fenômeno. Mesmo provocando sensíveis repercussões no âmbito do Direito, poucas pessoas abordam o tema envelhecimento. Vale ressaltar que um maior interesse pela questão do envelhecimento entre os profissionais do Direito começou a se desenvolver a partir da aprovação do Estatuto do Idoso em 2003.

O envelhecimento não é um fenômeno novo, todavia, nas últimas décadas, devido à grande quantidade de homens em idade avançada, esta questão tem se apresentado como uma das principais características da sociedade. Os velhos não são apenas uma questão numérica, mas especialmente uma questão social, motivo pelo qual o envelhecimento populacional precisa ser analisado com muita cautela.

Conforme Ramos (2014, p. 234):

Trata-se de um cenário relativamente novo em razão da grande quantidade de pessoas muito velhas hoje presentes na sociedade brasileira e de sua incapacidade de esta sociedade, até o presente momento, de oferecer recursos e um imaginário adequado para lidar com esse novo contingente populacional bastante heterogêneo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o idoso a partir da idade cronológica. Idoso seria a pessoa com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos. É o critério mais utilizado para estabelecer ou reconhecer a pessoa idosa. Este critério é mundialmente empregado para o desenvolvimento de políticas públicas e ofertas de serviços. Evidente que não se deveria usar apenas o critério cronológico para definir quem é o idoso, pois ele poderia ser definido por outras condições como físicas, mentais, funcionais ou de saúde.



O conceito de idoso pode ser definido em diversas vertentes, seja ela cronológica, física, social, biológica, cultural, entre outras. Neste sentido, o mais utilizado é o cronológico, ou seja, aquele que leva em consideração o tempo, a data. Segundo Ramos (2014, p. 236), “Com um acentuado envelhecimento da população, inevitavelmente, novos paradigmas surgirão, na medida em que os velhos se tornarão atores políticos cada vez mais importantes e influentes na sociedade”.

A saúde intelectual e física neste processo é de grande valia. Pode ser equilibrada por meio de atividades sociais e de lazer que não permitem que o indivíduo, em processo de envelhecimento, se sinta excluído da sociedade e incapaz de exercer funções; “o envelhecimento é um processo completo que envolve muitas variáveis [...] que interagem influenciando a maneira pela qual envelhecemos” (CORAZZA, 2001, p. 11).

Existe um conceito mais transdisciplinar do ser idoso, que aponta que o idoso é um ser de seu espaço e de seu tempo. É o resultado do seu processo de desenvolvimento, do seu curso de vida. É a expressão das relações e interdependências. Ele faz parte de uma consciência coletiva, a qual incorpora inconscientemente o seu pensar e o seu agir. O idoso descobre a sua força e suas próprias possibilidades, estabelecendo uma conexão com a força dos demais, transformando-as em força social e política (SÁ, 2002).

A classe médica, por meio da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, que se dedica a pesquisas em relação aos idosos, utiliza dois conceitos distintos para definir velhice. O conceito simplista define a velhice como sendo o processo pelo qual o jovem se transforma em idoso. Seria a utilização do critério cronológico. O critério biológico refere-se aos fatores internos da condição humana. Psicologicamente, o conceito de idoso leva em consideração a idade cronológica do indivíduo, o seu histórico de vida e o grau de desenvolvimento do país em que ele vive.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), através da resolução 39/125, o conceito de idoso irá divergir de acordo com o país, seja ele desenvolvido ou em desenvolvimento. No primeiro, os idosos são aqueles com 65 anos ou mais, enquanto nos países em desenvolvimento, são aqueles com idade igual ou superior

a 60 anos. Neste sentido e, não obstante, no Brasil, país em desenvolvimento, a Lei 10.141 (Estatuto do Idoso) em sentido estrito, os definem como pessoas com mais de 60 anos.

A noção de “velho” é fortemente assimilada à decadência e muito confundida com a incapacidade para o trabalho. Já o termo “terceira idade”, foi criado para designar a representação de “jovens” aposentados. Sendo sinônima da ideia de um envelhecimento ativo e independente, marca assim, a terceira idade ou a melhor idade como uma nova etapa do ciclo de vida. O termo idoso é mais respeitoso e digno para designar aquela pessoa que contribuiu e ainda continua contribuindo para o desenvolvimento de muitos setores da nossa sociedade.

O termo idoso geralmente faz alusão aos aspectos de fragilidade, ausência de saúde, impotência e perda de memória. No entanto, esta questão lastimável socialmente, está sendo desmistificada ao longo dos anos. O avanço tecnológico, aliado aos padrões sociais de beleza, preservação da saúde e diminuição da taxa de mortalidade, fez com que o idoso buscasse esforços para preservar, ainda mais sua saúde.

## **2.2 Importância do idoso na família e sociedade**

Crescer com a presença dos avós por perto, oportuniza uma ligação entre as crianças e quem está na terceira idade. Isto beneficia os dois lados da relação. Os mais experientes têm um papel muito importante na família e para toda a sociedade. Mas, muitas vezes, isso não se torna favorável para os dois lados.

Com o avanço da idade, muitas pessoas preferem se recolher em casa, evitar o convívio com a família e vizinhos. Porém, é muito importante que os mais próximos, sejam os amigos ou os próprios familiares, ajudem a combater a solidão. Esta atitude pode ser feita de maneira simples e delicada, oportunizando ao avô ou a avó ajudar nos cuidados com os netos ou tendo um convívio maior com eles.

Independentemente da idade, quando se participa de alguma atividade que promove o contato com outras pessoas, sente-se alegria, satisfação. Surge um estímulo para viver, cada vez mais, momentos felizes como os que são passados

juntos com os outros. Desta maneira, a autoestima melhora, o bem-estar e a vontade de viver dos idosos também.

Esta convivência com os idosos é muito importante para as demais gerações. A experiência e maturidade só aumentam com o passar do tempo. A terceira idade é a parcela da população que tem uma visão mais ampla da vida, devido a sua enorme experiência de vida, pois já presenciou muitos acontecimentos no mundo que transformou a forma de viver das outras gerações.

Manter esta geração ativa na sociedade é garantir a transmissão do conhecimento para os mais jovens, é permitir que os ensinamentos sejam repassados entre as gerações, garantindo para que a cultura não se perca.

Na família, isto ganha ainda mais importância, pois é com os avós que os netos aprendem sobre as histórias, as tradições e até mesmo as receitas preferidas, usufruem dos momentos de diversão que ficam gravados para sempre na memória de todos.

A pessoa mais experiente, no caso o idoso, pode transmitir, também, conhecimentos profissionais para as demais gerações. Desta forma, ele se torna um mentor que dará apoio para o desenvolvimento profissional dos mais jovens.

A participação da terceira idade na vida das crianças só tem pontos positivos. Cuidar dos netos também garante aos avós mais vitalidade. Afinal, as crianças em alguns momentos exigem bastante fisicamente e isto é muito positivo para os idosos. Significa que a relação pode beneficiar a saúde dos mais velhos diretamente, tanto no aspecto físico quanto nas questões psicológicas. Garantir a saúde dos mais velhos é muito importante. Porém, mantê-los ativos na sociedade, num ambiente dinâmico e totalmente integrado é fundamental.

Os idosos são, em nossa “sociedade de consumo”, geradores reais de relações: ligação entre uma geração e outra. A solidariedade entre as gerações é necessária. Os idosos são um grande trunfo para a sociedade. Seu conhecimento, sua experiência e sabedoria são um legado para os jovens, agora mais do que nunca necessitados de professores da vida.

Na “Carta aos Idosos”, de 1º de outubro de 1999, às vésperas do ano jubilar, quando Karol Wojtyła completava oitenta anos, ele sublinhou o importante testemunho da terceira idade como um período marcado pelo despertar espiritual da pessoa, no contexto das indagações levantadas pela própria experiência de vida.

A carta cita o Salmo 90: “Os anos de nossa vida são setenta, oitenta para os mais fortes; mas quase todos são fadiga, sofrimento; passam depressa”.

A Sagrada Escritura atesta numerosos exemplos de homens e mulheres chamados por Deus na vida madura. Eles responderam a esta vocação e tal resposta abriu-lhes horizontes inesperados de bênção e de prosperidade, não só para eles, mas também para os seus descendentes, como no caso de Abraão e de Sara, que se tornaram pais contra toda expectativa razoável, ou de Moisés, a quem Deus pediu que conduzisse o povo eleito no êxodo rumo à Terra Prometida.

O poder de Deus supre a insuficiência humana, e a velhice, na sabedoria bíblica. Não é apenas a fase final da maturidade humana, mas também uma expressão da bênção de Deus.

João Paulo II declara enfaticamente que não há vidas insignificantes ou inúteis, como às vezes parece sentir-se no contexto sociocultural contemporâneo, caracterizado por uma mentalidade produtivista. O idoso conhece os assuntos terrenos com mais sabedoria, porque as vicissitudes trouxeram-lhes o conhecimento e a maturidade. Excluí-los é negar o passado, em que está enraizado o presente, em nome de uma modernidade sem memória. Os idosos, por causa da sua experiência amadurecida, são capazes de oferecer aos jovens conselhos e ensinamentos preciosos” (Carta aos Idosos, 10).

A população idosa vem crescendo por todo o planeta e isto traz mudanças na estrutura da sociedade, da família e das políticas que regulam as relações entre pessoas. Há no Brasil uma modificação na estrutura da pirâmide etária, que estreita sua base, já que os nascimentos diminuem e seu topo se alarga, com o aumento da expectativa de vida. Esta transformação na composição da pirâmide etária já vem causando modificações sociais e políticas desde os anos 70 do século XX, quando se identificou pela primeira vez o uso da expressão **terceira idade**. Este termo, usado para designar o grupo de adultos que chega a um determinado momento da

vida, o envelhecimento, cuja expressão aparece pela primeira vez na França com as *Universités du T'roisième Âge* (Universidades da Terceira Idade).

O conceito de terceira idade é construído coletivamente por uma série de práticas e atores. O envelhecimento é comum a todos, mas as relações que dele decorrem dependerão das sociedades e épocas.

Segundo Ramos (2014, p. 236):

O perfil do idoso brasileiro no século XXI cambiará significativamente, tanto mais porque a população envelhecida deste século será muito mais velha, mais informada e mais dependente por acumular mais anos; contudo, deixará, paradoxalmente, o legado de uma sociedade mais estruturada e racional, o que não quer dizer mais afetiva, tudo decorrência de uma nova reengenharia social.

Para Debert (1999), é próprio dos Estados Modernos transformarem a idade cronológica em um mecanismo fundamental na atribuição de direitos e deveres da cidadania: a entrada e a saída do mercado de trabalho, a entrada nas instituições de educação, o direito ao voto são exemplos importantes desta transformação e do modo pelo qual os ideais de liberdade, igualdade e cidadania estão estritamente ligados à idade cronológica. Cabe destacar que no Brasil do final do século XIX, por exemplo, os direitos e deveres dos indivíduos eram marcados por seu nascimento (se era homem ou mulher, se escravo ou livre, se nobre, burguês ou plebeu) e não apenas pela faixa etária como é hoje.

O termo terceira idade nos fala de uma nova concepção do envelhecimento, cujos indivíduos estão libertos de obrigações com o trabalho e a família e podem, enfim, se dedicar a atividades que ficaram em segundo plano em outras etapas da sua vida. Para Debert (1999), é uma época vista como apropriada para experimentar novas situações, construir novas amizades e ampliar seus horizontes com novas experiências intelectuais – como é a oferta nas universidades para a terceira idade – e também afetivas.

A terceira idade deixou de ser uma etapa de descanso e repouso individual para se tornar também uma idade ativa, seja profissional ou no âmbito familiar. Os números do IBGE do Censo de 2000 reforçam a importância da terceira idade. Cerca de 62,4% das famílias são chefiadas por homens com mais de 65 anos. Soma-se a este dado, as mulheres idosas, que chefiam 37,6% das famílias. Ainda

segundo o IBGE, 54,5% dos idosos chefes de família vivem com os seus filhos e os sustentam.

Outros termos como melhor idade ou idade do lazer são usados hoje para denominar também as populações envelhecidas. Trata-se de uma positivação dos chamamentos, identificando assim a assimilação social do processo do envelhecimento, onde considera-se também os ganhos que o avanço da idade nos traz e não somente as perdas. Além disto, o dinheiro dos aposentados, hoje, oferece um incremento para o mercado e o surgimento de novos horizontes profissionais para atender as demandas da população da terceira idade.

Visando regulamentar estas novas atividades sociais e profissionais, é que surgem em torno da terceira idade novas políticas públicas destinadas aos cidadãos envelhecidos. O Estatuto do Idoso, que entrou em vigor em 2004, constituiu um conjunto de normas que regulam e estabelecem direitos para a terceira idade. O Estatuto marca em 60 anos a entrada oficial na terceira idade e prevê, entre outros direitos, a reserva de assentos gratuitos no transporte público urbano, prioridade na tramitação de processos e ações judiciais e desconto de 50% em atividades culturais, de esporte e lazer.

A legislação brasileira é, certamente, avançada e o melhor exemplo é o Estatuto do Idoso. Mas a criação de iniciativas capazes de garantir a implementação do estatuto é bem mais complicada. O Estatuto deixa a cargo dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do idoso e do Ministério Público, a fiscalização e controle da aplicação destas.

Se não forem criadas políticas públicas para o cuidado do idoso nos próximos 20, 30 anos, poderá haver uma crise no país. E o envelhecimento, em vez de uma conquista, resultado de inúmeros esforços para aumentar a longevidade, poderá ser visto como um problema social. O alerta é da assistente social Marília Viana Berzins, especialista em gerontologia e coordenadora de cursos de formação de cuidadores de idosos do Observatório da Longevidade (Olhe), de São Paulo. A entidade atua na pesquisa, sistematização de conhecimento e formação de gestores, prestadores de serviços e familiares sobre o processo de envelhecimento.

Entende-se por envelhecimento o aumento da proporção de pessoas acima de 60 anos em relação à de jovens no contingente populacional, bem como o aumento da expectativa de vida. Em 1980, a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de, em média, 62 anos. Atualmente, é de pouco mais de 73 anos. Em 2030, estará próxima de 80 anos.

O Estatuto do Idoso determina que a atenção à população idosa é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. A família cuida como pode e o Estado tem que se responsabilizar pela questão da velhice em toda a sua plenitude, inclusive no cuidar. Já a sociedade deve se organizar para exigir e fiscalizar políticas públicas destinadas a cuidar do idoso na sociedade.

A obrigação do Estado em oferecer políticas públicas destinadas ao cuidado com o idoso, tornar-se-á mais grave, à medida que a maioria das famílias estará incapacitada de cuidar dos mais velhos. E isto não acontece só porque as mulheres passaram a trabalhar fora, como muitos preferem acreditar. Na verdade, não há mais um modelo único de família, não se tem mais cinco, seis filhos, como se tinha em gerações anteriores. Atualmente, segundo o IBGE, o número de filhos é de 1,9 por família.

Conforme Ramos (2014, p. 233):

De acordo com o parágrafo único do art. 17 do Decreto n. 1948/96, o idoso que não tenha meios de prover a sua própria subsistência, que não tenha família ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção, terá assegurada a assistência asilar, pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

No conjunto de cuidados à população idosa, o cuidador é um profissional que tem que ser incluído nas principais políticas das áreas de saúde e de assistência social. Hoje muitos idosos vivem sozinhos e a tendência é deste número aumentar. Assim como enfermeiros, técnicos em enfermagem e agentes comunitários de saúde, os cuidadores devem ser mantidos em programas públicos.

A cobrança da sociedade para a garantia destes direitos ainda é insignificante, quando deveria ser formalizada com ênfase pelos conselhos de idosos e de saúde em todas as esferas de poder.

## 2.3 A situação do idoso no Brasil

A população idosa do Brasil está crescendo a cada dia e, juntamente com este crescimento, muitos problemas estão surgindo como abandono familiar, a falta de respeito, o uso do transporte público, a falta de interação social e a falta de ocupação. Os governos não se prepararam para receber esta população, cuja expectativa de vida aumentou.

Alguns idosos precisam diariamente de remédios. Muitos sem condições de suportar estes gastos. E os postos de saúde, muitas vezes não conseguem suprir a demanda destes remédios. Por isso, há idosos que, depois de se aposentarem, procuram um posto de trabalho, mas devido à idade, não conseguem mais retornar ao mercado de trabalho.

A ampliação do acesso aos serviços de saúde pública e de saneamento, nos últimos anos, apresenta um Brasil com mais idosos do que crianças. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2055, o número de pessoas com mais de 60 anos, pode ultrapassar os jovens com até 29 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2017, a população de idosos no país saltou 19,5%, de 25,4 milhões para mais de 30,2 milhões de pessoas. No mesmo período, o número de homens e mulheres com 60 anos ou mais nos albergues públicos cresceu 33%, de 45,8 mil para 60,8 mil. Se forem considerados também os alojamentos privados, a cifra sobe para 100 mil. O desamparo familiar cresce mais rápido que a expectativa de vida — e o país carece de um projeto para reforçar os cuidados prolongados e a assistência na velhice.

Atualmente, o número de idosos no Brasil corresponde a 17% do total da população brasileira. De acordo com dados do IBGE (2013), o Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de brasileiros nesta faixa etária. Confira: Rio Grande do Sul – 11,11%; Rio de Janeiro, 11,04%; Pernambuco, 9,44%; Santa Catarina, 9,35%; Ceará, 9,34%.

Agora a expectativa de vida é de 74,9 anos. Conforme a ONU, até 2050, aumentará para 81,2, podendo igualar-se a países como China e Japão, cuja média atual – está entre 81 e 82 anos. Segundo o IBGE, isto se deve ao constante avanço



da medicina, do aumento da renda, da escolaridade e proporção de domicílios com saneamento básico adequado.

Quanto à saúde, segundo o Ministério da Saúde, doenças do aparelho circulatório foi a principal causa de internação de idosos na rede pública e hospitais com convênio com o SUS, em 2014.

Com o objetivo de regular os direitos assegurados aos indivíduos com 60 anos ou mais no Brasil, em 1º de outubro de 2003, foi criada a Lei 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

As circunstâncias que levam as pessoas a viverem melhor ou pior as diferentes fases da vida são das mais variadas. Entretanto, a fase da velhice é a que mais, provavelmente, vem a sofrer os enfrentamentos das adversidades impostas pelo cotidiano. Os idosos estão mais expostos a perdas e dependência no decorrer da vida. Embora tenham boa saúde, vão sofrendo transformações físicas e psicológicas. A condição de vulnerabilidade em que se encontram os idosos vem aumentando nas últimas décadas, em virtude do intenso processo de envelhecimento da população.

Os desafios frente a esta realidade são maiores, principalmente, nos países em desenvolvimento como o Brasil, que não dispõem de recursos sociais para o atendimento desta parcela da população. Estima-se que, em 2025, entre os dez países do mundo com maior número de idosos, cinco serão países em desenvolvimento, incluindo o Brasil (TIER; FONTANA; SOARES, 2004, texto digital).

O envelhecimento para muitas pessoas tende a ser doloroso, porque eles começam a se sentirem sozinhos, abandonados pelos familiares. A falta de apoio social, a dificuldade em lidar com o próprio processo de envelhecimento, são fatos que agravam sua vida, acentuando-se ainda mais com a morte do cônjuge, com o abandono familiar, com as dificuldades para se manterem financeiramente, ocasionando, assim, também doenças físicas e psíquicas.

A própria transformação social dos últimos anos, incluindo os novos tipos de famílias, o grande número de separações, o avanço tecnológico e científico de

domínio dos mais jovens e a mulher no trabalho, também, fora do lar, são fatores que contribuem para a falta de apoio aos idosos.

Nesse contexto, vislumbra-se o envelhecimento com dependência. Os idosos necessitam de cuidados e responsabilidade que implicam disponibilidade de tempo de seus familiares, seus principais cuidadores. Cuidar de um idoso em casa não é uma tarefa fácil, se forem consideradas as dificuldades socioeconômicas em que vive a maior parcela da população brasileira. Por isto, as instituições de longa permanência (ILP) passam a ser a opção viável.

Alguns idosos possuem uma boa renda que disponibiliza um bom nível social aos demais membros da família. Isto proporciona uma aproximação mais intensa entre os idosos e seus familiares. Diferente, totalmente, daqueles que possuem um nível econômico mais baixo, os quais são, geralmente, abandonados pela família e, muitas vezes, colocados em asilos que os discriminam e maltratam, esquecendo-se do dever solidário para com eles.

Dos idosos que coabitam com outros parentes, 65,3% destes são familiares (PNAD-2006), o que mostra claramente o papel que estes já vêm exercendo na sociedade levados pelas dificuldades e novos arranjos familiares. Segundo Camarano (2007), os idosos contribuem na renda familiar, através de aposentadorias e pensões e também na ajuda a outros familiares. Ela afirma que o dinheiro é pouco, mas que é com este que muitas famílias resistem à pobreza e sobrevivem. Segundo ela, os idosos são um fator de equilíbrio social

Deste modo, o poder Judiciário, com o intuito de valorizar a dignidade dos idosos, vem se manifestando sobre as ações que têm como causa o abandono moral dos idosos, condenando os parentes por faltarem com a assistência moral e afetiva.

Os atos praticados pelo homem não podem resultar em lesão a alguém, desta forma o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 em seu artigo 3º acentua a obrigação da família, da sociedade e do poder público, assegurando-lhe a efetivação do direito ao bem maior, assim como à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à

convivência familiar e comunitária, enfim, o dever de cuidado, o qual se não for adequado, gera uma conduta lesiva ao idoso.

Embora o dever de cuidado das famílias para com os idosos seja regulamentado juridicamente em seu artigo 98 da Lei 10.741, Estatuto do Idoso, há um dever determinado pelo respeito e pelo afeto dos laços familiares que independem de jurisdição, que não necessitam de regulamentação, embora muitos sofram por abandono material e afetivo, sem a mínima satisfação de suas necessidades básicas e afetivas, deixando de cumprir com seu dever de zelo e proteção ao idoso.

O idoso ao sentir a falta de atenção da família, tende a perder seus objetivos, envelhecendo e adoecendo mais rapidamente, pois segundo a nossa Constituição Federal, em seu artigo 229, salienta que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O artigo 230, também da Carta Magna, disciplina o amparo ao idoso, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhe o direito à vida, reconhecendo ser “dever da família, da sociedade e do Estado, amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida”.

Os idosos são pessoas que já contribuíram bastante com a sociedade, entretanto para serem valorizados enfrentam dificuldades, pois muitas pessoas não reconhecem seu valor como ser humano e não respeitam seus direitos.

Em vista disto, existem várias leis que os protegem, mas, faltam medidas para que estas leis os atendam de forma integral. No Estatuto do Idoso, seu artigo 3º diz que eles gozam de direitos referentes à vida, saúde, esporte, lazer, cidadania, etc., mas o que se vê neste artigo, nem sempre é o que se observa na realidade.

No mercado de trabalho existe uma preferência por pessoas mais jovens e qualificadas, fazendo com que o idoso vá perdendo seu lugar gradativamente ou, muitas vezes, até de forma rápida no mercado de trabalho. O idoso que não consegue mais trabalhar, por motivos de saúde ou por não estar nos padrões que o mercado exige, começa a se sentir inútil e em casa também vai perdendo seu

papel, sendo considerado por sua família, muitas vezes, um incômodo e um ser desprovido de produtividade. Este sujeito se torna dependente, necessitando de cuidados especiais. Muitos são colocados em asilos, instituições que são vistas como acolhedoras de idosos abandonados ou rejeitados pela família.

Os idosos são as memórias do tempo passado, eles são a voz da experiência, ou seja, são pessoas que passaram por várias situações boas e más da vida e que podem orientar os mais novos que estão percorrendo caminhos semelhantes aos que eles já percorreram. Os idosos fazem parte da história de uma família, comunidade ou de um povo (TOALDO; MACHADO, 2018).

A Constituição Federal vigente no Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, em seu artigo 229 declara que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. O artigo 230, também da Carta Magna, reforça a obrigação do amparo às pessoas idosas, garantindo-lhes o direito à vida, reconhecendo ser “dever da família, da sociedade e do Estado, amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida”.

Apesar de o cuidado da família para com o idoso estar previsto na Constituição Federal, atualmente percebe-se que esta geração de agora não se preocupa com seus idosos. Os velhos são vistos, por muitos com olhar de desprezo e pena, como pessoas incapazes de viver intensamente a vida que lhes resta, esperando o dia da morte. Os mais jovens adquiriram como modelo a seguir artistas e celebridades. É muito raro ver alguém que se espelhe em um idoso.

Em boa parte das famílias se verifica uma questão de choque de gerações com disputa por espaço físico, dificuldade financeira, falta de tempo para os cuidados diários, que muitas vezes acabam por resultar em maus tratos, negligência, violência física e psicológica e abusos financeiros, quando um membro da família se apropria dos valores e rendimentos do idoso para fins próprios, negligenciando os cuidados mínimos. Muitas vezes, os abusos são cometidos dentro dos lares dos idosos pelos parentes próximos, como filhos e filhas, genros e noras.

Uma questão importante quanto ao respeito aos idosos também é a saúde. Neste aspecto, não há uma política social que dê o tratamento necessário aos idosos conforme prevê os arts. 15/19 do Estatuto, pois via de regra, estas pessoas, na fase em que mais necessitam de atenção, são consideradas um peso social.

O Estado, seja por despreparo para o crescente número da população idosa, seja por incompetência dos governantes, não consegue cumprir com seu papel e implementar as medidas mínimas para garantir um programa de saúde, conforme prega o Estatuto do Idoso. Quanto aos planos de saúde, aumentam de forma vertiginosa os valores do serviço, haja vista que os idosos são usuários com maior probabilidade de utilização de serviços de maior complexidade, embora estes também sejam consumidores protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, sujeitos às infrações administrativas e penais.

O Brasil, por longa data, foi considerado um país de analfabetos, incluindo-se nesta classe os analfabetos funcionais, que conseguem juntar as letras, formando e lendo as palavras, todavia sem conseguir entendê-las, fato que acomete todas as faixas etárias. O Estatuto prevê que o Poder Público crie oportunidades de educação para o idoso, a fim de integrá-lo à vida moderna.

Conforme art. 21, o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. Segundo o Parágrafo 1º - os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

A educação, fator primordial para uma boa relação na vida moderna, inclusive fato que poderia excluir o abismo social existente entre as gerações, não é cumprida pelo ente público. Desta maneira, de uma forma geral, isola o idoso, que salvo poucas exceções, foi pessoa dedicada à manutenção familiar e, por isso, pouco acesso teve ao estudo de qualidade, e quando tem tempo disponível para estudar, não encontra condições.

O Estatuto do Idoso também prevê que ao idoso é assegurado o direito à aposentadoria que preserva o valor real dos salários que incidiram contribuição no tempo de sua concessão, conforme art. 29 transcrito a seguir: “Os benefícios de

aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente”.

Atualmente, há uma visão mistificada da terceira idade, com a ideia de que com o avançar da idade, os idosos diminuem suas redes de relações sociais, tornando-se menos satisfeitos com a vida. Embora muitos pensem que envelhecer significa deixar de desenvolver-se, adoecer e afastar-se de tudo. Na verdade, os idosos podem e devem continuar uma vida ativa e manter uma boa qualidade de vida.

Existem muitas opções para integrar os idosos, evitando o isolamento na família. Há os Centros Dia, Centros de Convivência, Centros de Referência, Universidades da Terceira Idade, entre outros. Estes espaços promovem atividades em grupo direcionadas aos idosos, com diferentes objetivos. A interação promovida nas atividades gera um retorno extremamente significativo a cada um dos participantes. A interação social gerada entre os idosos desenvolve o senso de bem-estar nos mesmos, assim como a melhora no funcionamento físico. As redes sociais que se estabelecem com o contato contínuo dos idosos podem ser fontes protetoras e mantenedoras de saúde.

A vida social do idoso não se resume apenas à participação dele nos grupos de terceira idade, mas também a boa relação com sua família, o envolvimento em grupos de sua comunidade, como um grupo religioso, por exemplo. Vale lembrar que a qualidade dos contatos sociais é mais importante do que a quantidade. A capacidade de interação social varia de pessoa para pessoa, por isso não significa que aquele que tenha menos contatos possua uma qualidade de vida pior do que aquele que possui mais contatos.

A convivência social também promove o bem-estar mental na velhice. A ausência de convívio social pode causar severos efeitos negativos na capacidade cognitiva geral, além de depressão. As pessoas que estão em contato com as outras podem ser mais inclinadas a ter hábitos saudáveis, a ajuda dada ou recebida contribui para o aumento de um sentido de controle pessoal, tendo uma influência positiva no bem-estar psicológico de cada um.

Portanto, a interação social é um fator de proteção ao envelhecimento ativo e saudável que deve fazer parte do nosso curso de vida. Também se deve sempre lembrar a importância de estabelecer novas relações, integrar-se a novos grupos e estar sempre ativo na comunidade!

Quanto ao uso de transporte, o capítulo X dos Direitos Fundamentais dos Artigos 39, 40 41 e 42 do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, especifica os seguintes direitos de transporte para os idosos:

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no **caput** deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação o que especifica:

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo (Redação dada pela Lei nº 12.899, de 2013).

O direito básico de ir e vir não é facilmente exercido pelos idosos quando o assunto é transporte público. Embora a Lei lhe garanta esse direito, poucos conseguem as vagas determinadas, devido ao alto número de idosos, crescendo cada vez mais conforme mudança de expectativa de vida. Como os meios de transporte são considerados com precárias condições de fazer o atendimento devido, a população idosa acaba não sendo atendida como deveria ser.

Além das dificuldades citadas, obstáculos como degraus muito altos na entrada dos ônibus, motoristas que arrancam bruscamente, falta de acomodação

para esperar o horário do transporte. As dificuldades aumentam para os idosos portadores de deficiência física.

Diante de tal situação o transporte público, principalmente no meio urbano, carece de segurança e atendimento adequado conforme estabelece a Lei. Exige-se maior atenção do poder público para que os governantes mantenham a devida atenção do cumprimento da obrigação que são estabelecidas em Lei.



### **3 A PROTEÇÃO DO IDOSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

O ser humano é único, um ser integral. A sua saúde depende do equilíbrio entre o biológico, o psicológico e o social. Quando uma destas áreas está sobrecarregada, influencia nas outras duas, ocasionando o desequilíbrio. No Brasil, assim como em outros países, a família continua a ser a base de apoio informal para a proteção da população idosa.

Embora se queira ter a família ideal, hoje, sabe-se que os relacionamentos familiares nem sempre são satisfatórios. Muitas vezes, na própria família o idoso já sofre violência de todos os tipos, em virtude das diferenças de comportamento dos diversos membros que a constituem. Estes, por sua vez, recebem influência do tipo de vida em que estão inseridos, onde o carinho, o amor está presente, mas também o ódio e a falta de paciência se misturam.

Conforme Grossi, Barrili e Souza (2003, p. 23-24):

A violência contra a pessoa idosa pode ser definida como qualquer ação que cause dano físico, emocional ou financeiro ao idoso (a) cometido por pessoa que está numa posição de confiança, seja amigo, familiar, vizinho ou cuidador. Pode ocorrer na própria residência da pessoa ou em instituições (asilos, clínica geriátrica, etc.). Muitas destas violências não são percebidas pelos idosos no seu cotidiano, sendo naturalizadas e aceitas como parte da vida.

Em uma sociedade onde a expectativa de vida está aumentando, surgem várias situações “sem que haja preparação de seus membros para lidarem com essa nova situação” (ALCÂNTARA, 2004, p. 21).

A família é destacada por estudiosos do envelhecimento como o elemento mais constante na fala dos idosos, como importante ao seu bem-estar, “o sentido da vida tanto pode ser revelado pela fé – um sentido absoluto na vida – como pelas instituições, as quais podem se constituir em meio para a construção de potencial de desenvolvimento e a autorrealização” (BOTH, 2000, p. 110).

A família sofreu transformações importantes decorrentes da maior participação da mulher no mercado de trabalho, da redução do seu tamanho, do surgimento de novos papéis de gênero e da maior longevidade. Constata-se, no entanto, que, apesar do cuidado familiar ser um aspecto primordial, ele não se aplica a todos os idosos.

A situação familiar das pessoas nessa fase da vida reflete o efeito acumulado de eventos socioeconômico-demográficos e de saúde, ocorrido sem etapas anteriores do ciclo vital. O tamanho da prole, a mortalidade diferencial, o celibato, a viuvez, as separações, os recasamentos e as migrações vão conformando, ao longo do tempo, distintos tipos de arranjos familiares e domésticos, os quais com o passar da idade adquirem características específicas, que podem colocar o idoso, do ponto de vista emocional e material, em situação de segurança ou de vulnerabilidade (NERI, 1999, p. 36).

O envelhecimento da população é um assunto que diz respeito a toda sociedade. Por isso, deve ser uma preocupação de todos. Assegurar os direitos dos idosos, oportunizando-lhes as condições mínimas de existência, de maneira que todo o idoso possa viver dignamente.

As pessoas vão envelhecendo aos poucos, passando por todas as fases. As condições mínimas de vida devem ser atendidas na infância, juventude, vida adulta e, deste modo, na fase de senilidade, tendo seus direitos respeitados.

Os direitos da pessoa idosa estão previstos no Estatuto do Idoso, conforme a Lei nº 10.741, de 2003. O Estatuto regula os direitos das pessoas que tenham 60 anos ou mais, estabelecendo a obrigatoriedade da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público em assegurar ao idoso, com prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, enfim, a tudo que lhe proporcione o bem-estar.

Ramos (2014, p. 34) define a velhice como:

Sendo a velhice um fenômeno complexo, uma vez que envolve múltiplos fatores, dentre os quais a condição econômica, o grau de instrução, a alimentação ingerida, as relações familiares, entre outros, não se torna possível desenvolver um conceito pleno de velhice, caso não se tenham em vista todos esses fatores que, em sendo considerados, proporcionarão o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas ao atendimento das múltiplas necessidades dos velhos que têm, em comum, apenas a diminuição de suas forças físicas, uma imposição da própria natureza.

O idoso deve ter atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS). É proibida a discriminação nos planos de saúde referente à cobrança de valores diferenciados, em virtude da idade.

Abrão (2012, p. 86) trata sobre a política de atendimento ao idoso, destacando os artigos 46 e 47 do Estatuto, senão vejamos:

Art.46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

II- Políticas e programa de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

III- Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV- Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V- Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos.

### **3.1 A proteção do idoso na Constituição Federal de 1988**

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, marcando uma fase dos direitos e garantias fundamentais. No Brasil, durante a constituinte de 1988, o legislador buscou efetivar na Carta Magna, uma Constituição em que se busca uma maior igualdade entre os cidadãos, independente de raças, cor, sexo e idade. A Constituição Federal de 1988, (CF/1988) destacou a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (Art. 1º, III). Observando o seu tratamento igualitário e os direitos a uma vida digna estabelecidos na Constituição Federal de 1988, e, principalmente, a necessidade de atenção especial a uma parcela da população, o cidadão Idoso.

A Constituição em seu artigo terceiro, apresenta como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a promoção do bem de todos, sem discriminação

do que diz respeito à idade (inciso IV) “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”.

“A Constituição Federal de 1988, ao elevar a dignidade da pessoa humana como valor e princípio máximo do Ordenamento Jurídico Brasileiro, estabelecendo que todos os demais princípios deverão ser compatibilizados com esse” (RIVA, 2012, p. 115). “Deste modo, [...] o absoluto respeito aos direitos humanos e fundamentais dos idosos, tanto em seu aspecto individual e comunitário, espiritual e social, relaciona-se diretamente com a previsão constitucional de consagração da dignidade da pessoa humana” (MORAIS, 2012, p. 890).

Como já foi visto, o idoso é cidadão e, portanto, além das garantias citadas, deve ser contemplado com todas as garantias constitucionais destinadas a qualquer cidadão.

A Política Nacional do Idoso, Lei Federal número 8.842 de 4 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto Federal número 1948, de 3 de julho de 1966, é um instrumento básico.

Na implantação da Política Nacional do Idoso, a Lei atribui ao Poder Público incumbências muito claras nas mais diversas áreas:

- a) na promoção e na assistência social, há previsão de ações no sentido de atender as necessidades básicas do idoso, estimulando-se a criação de centros de convivência, centros de cuidados noturnos, casas-lares, oficinas de trabalho, atendimentos domiciliares, além da capacitação de recursos para atendimento do idoso (art. 10, I);
- b) na área de saúde, o idoso deve ter toda assistência preventiva, protetiva e de recuperação por meio do Sistema Único de Saúde; deve ser incluída a geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais (art. 10, II);
- c) na área da educação preveem-se: a adequação dos currículos escolares com conteúdo voltado para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos; a inserção da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; a criação de programas de ensino destinado aos idosos; o apoio à criação de universidade aberta para a terceira idade;
- d) na área do trabalho e da previdência: impedir a discriminação do idoso, no setor público e privado; programas de preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento; atendimento prioritário nos benefícios previdenciários;
- e) habitação e urbanismo: facilitar o acesso à moradia para o idoso e diminuir as barreiras arquitetônicas;
- f) na área da justiça: promoção jurídica do idoso, coibindo abusos e lesões a seus direitos;

g) na área da cultura, esporte e lazer: iniciativas para a integração do idoso e, com este objetivo, a redução de preços dos eventos culturais, esportivos e de lazer.

A Lei Federal número 8.842/1994 prevê também a criação de conselhos de idosos no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política nacional do idoso no âmbito da respectiva atuação (Arts. 5º e 6º).

O Decreto Federal nº 1948, de julho de 1966, regulamenta a Lei que trata sobre a Política Nacional do Idoso. Na referida regulamentação, além da repetição dos termos da Lei 8.842/94, cabe ressaltar:

- a) a conceituação de assistência asilar e não-asilar para o idoso (Art. 3º, 4º e 17);
- b) a atribuição de tarefas, a cada órgão da administração pública, na execução da política nacional do idoso (Art. 5º a 16);
- c) a proibição da permanência em instituições asilares de idosos portadores de doenças que exijam assistência médica permanente ou de assistência de enfermagem intensiva, cuja falta possa agravar ou por em risco sua vida ou a vida de terceiros (Art. 18).

### **3.2 O Estatuto do idoso (Lei 10.741/03)**

Conforme Ramos (2014), depois de anos de discussão, finalmente foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada no dia 1º de outubro de 2003 pelo Presidente da República, a Lei nº. 10741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

A aprovação do Estatuto do Idoso demonstra preocupação da sociedade brasileira com o seu novo perfil demográfico. O Brasil não é mais um país de jovem, mas um país em acelerado processo de envelhecimento. Este perfil populacional exige do Estado e da sociedade ações efetivas para garantia dos direitos fundamentais das pessoas envelhecidas, já que a expectativa de vida da população, hoje, ultrapassa 73 anos, transformando-se em questão de políticas pública.

Os comandos registrados nos Estatuto do Idoso segundo os quais, as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, têm direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, a alimentos, à saúde, à assistência social, à habitação, ao transporte – não são suficientes para garantir concretamente esses direitos, se as pessoas idosas não tiverem consciência de que esses direitos existem. As

autoridades e demais cidadãos devem agir, no sentido de afirmá-los, caso contrário, de nada terá adiantado todo o esforço para sua elaboração e vigência. A Lei, por si só, como se tem visto, não é capaz de mudar a realidade social. Ela necessita da disposição de todos no sentido de cumpri-la (RAMOS, 2014).

O papel do Ministério Público escrito de forma tão clara no Estatuto do Idoso, representa um avanço importante na luta da dignidade da pessoa humana, mas não é suficiente se o Poder Judiciário não se estruturar e se comprometer também com este segmento populacional, inclusive por meio da criação de varas especializadas para atendimento da demanda das pessoas idosas (RAMOS, 2014).

Constata-se um problema muito sério no Estatuto do Idoso: as penas muito brandas para os crimes praticados contra as pessoas idosas. Esta Lei estabelece que medidas de proteção deverão ser aplicadas sempre que os direitos das pessoas idosas forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento, em razão de sua condição pessoal (RAMOS, 2014).

As políticas de atendimento far-se-ão por meio do conjunto articulado de ações governamentais ou não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da política nacional do idoso (RAMOS, 2014).

Estas entidades de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelo Conselho do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros órgãos previstos em Lei.

De acordo com o disposto nesta Lei, o procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público (RAMOS, 2014).

Conforme, Ramos (2014, p. 167), os crimes são estabelecidos no art. 94 desta Lei 10741/2003:

Estabelece o Art. 94 da Lei n. 110741/2003 que os crimes nela previsto, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 anos, aplicam-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099/95 e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. [...] Todos os crimes previstos na Lei n. 10.741/2003 são de ação pública incondicionada, quer dizer, o titular da ação penal é exclusivamente o Ministério Público.

### **3.3 Da proteção integral**

Dentre os vários setores responsáveis pelo atendimento do idoso por meio de políticas estabelecidas, encontra-se a assistência social. Torna-se importante considerar que o Brasil guarda como característica, sinais de um capitalismo marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz profundas desigualdades sociais.

Do conjunto de leis, direitos e políticas que, a partir da Constituição Federal de 1988, compõem a nova institucionalidade de proteção ao idoso no Brasil, a Assistência Social destaca-se como importante fonte de melhoria das condições de vida e de cidadania dessa população em crescimento constante. Isso porque, com a Constituição vigente, a Assistência Social também ganhou nova institucionalidade, funcionando como política pública concretizadora de direitos sociais básicos, particularmente de crianças, idosos, pessoas com deficiência e de famílias e/ou pessoas social e economicamente vulneráveis.

A Assistência Social passou a ser regida por lei federal (Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993), conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social, a qual conferiu-lhe características que a fizeram se distanciar de práticas “assistencialistas” com as quais sempre foi identificada. Segue princípios e critérios identificados com a igualdade, a equidade e a justiça social, bem como com a perspectiva de promoção da autonomia do cidadão.

A Política de Assistência Social passou a se constituir como política de Seguridade Social que, ao lado da Saúde e da Previdência, deve contribuir para a ampliação da cidadania à medida que assume o encaminhamento de bens, serviços e direitos usufruídos por uma minoria, parcela da população tradicionalmente excluída desse circuito. Trata-se de direito incondicional, isto é, gratuito e desmercantilizado, que, por reconhecer nos cidadãos direito ao acesso a serviços

socioassistenciais, especialmente aos que estão em situação de vulnerabilidade social, se apresenta como dever de prestação, quando não de ressarcimento, dos poderes públicos.

Por isso, não prevê contrapartidas impositivas ao cidadão como condição de acesso e usufruto da assistência que lhe é legal e legitimamente devida como direito básico. Traduz-se como intervenção positiva do Estado com controle da sociedade, uma vez que, por se tratar de direito social, e não individual, compromete os poderes públicos com a sua garantia e provisão.

Essa intervenção positiva sugere primazia do Estado no atendimento de necessidades sociais básicas; prontidão estatal para coibir abusos de poder, negligências ou desrespeito aos direitos dos cidadãos; provisão pública de bens, serviços e oportunidades e remoção de obstáculos ao exercício efetivo da cidadania por parte de seus titulares.

Tal comprometimento do Estado não significa paternalismo ou tutela estatal, mas implica arcar com responsabilidades de sua competência que lhe foram delegadas pela sociedade no curso da ampliação da democracia. Ressalta-se, portanto, um Estado Social de direito que assume as causas sociais e tem como uma de suas principais funções a redução de incertezas sociais mediante políticas públicas, dentre as quais a assistência (PEREIRA, 2002).

### **3.4 A política de atendimento ao idoso**

Os princípios que regem a assistência social buscam a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; o respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade; a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem



como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão, que devem ser embasados em diretrizes de descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

Enfatiza-se o comando único das ações em cada esfera de governo; a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (BRASIL, 1993).

Esse caráter de atendimento universal, porém, perpassa atendimentos individuais que são fragmentados e focalizados no âmbito das políticas públicas, inclusive relacionado aos idosos. Para tanto, é de fundamental importância que o atendimento no âmbito da assistência social seja possibilitado pela garantia dos Direitos Sociais, proporcionando aos indivíduos condições materiais consideradas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos.

Em virtude do grande aumento da população idosa, são necessárias boas políticas públicas voltadas para esta faixa etária. É preciso resgatar a dignidade do idoso, valorizá-lo de maneira que se sinta parte do meio em que vive, na sociedade. Uma boa política pública pode ser um conjunto de ações exclusivas do Estado, que possam atender as necessidades de toda a sociedade, as quais satisfaçam o interesse público (SOUZA, 2006).

Conforme Souza (2006, p. 4):

As políticas públicas desempenham um papel essencial na sociedade atual. Uma política pública pode ser definida como um conjunto de ações exclusivas do Estado, dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. Estas políticas trazem em si linhas de ação que buscam satisfazer o interesse público. É função delas articular as ações da iniciativa privada e a comunidade, informar, fomentar pesquisas e, de modo geral, atender aos anseios da sociedade, cuidando da população de determinado local.

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 1º destaca como princípios essenciais a cidadania e a dignidade da pessoa humana, bem como nos artigos 14, 40, 201, 203, 229 e 230 desta constituição, direcionados ao idoso. Porém, embora o assunto sobre o idoso tenha sido introduzido na Constituição Federal de 1988, apenas a partir de 1994 foi decretada uma política nacional exclusiva para os idosos.

A Política Nacional do Idoso foi regulamentada pela Lei nº. 8842/93 com o objetivo de afirmar os direitos sociais do idoso, criando condições para a promoção de sua independência, de sua inserção e atuação efetiva na sociedade, como é estabelecido em seu Art. 1º da referida Lei.

A Política Nacional do Idoso possui cinco elementos em sua gênese, e estes elementos estão especificados no artigo 3º da seguinte forma:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei (BRASIL, 1994, p. 6).

Em 01/10/2003, foi instituída a Lei nº 10.741 que regulamenta o Estatuto do Idoso. Esta Lei impulsionou uma normativa para que a sociedade se mobilize e exija a execução das leis em benefício do idoso. Os direitos nele assegurados referem-se às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. A família, a comunidade e o Poder Público têm o dever de garantir ao idoso, com plena prioridade, os direitos firmados à dignidade da pessoa humana.

No próximo capítulo trataremos da efetividade das políticas públicas destinadas ao idoso no Brasil e no município de Encantado - RS, objeto de pesquisa deste trabalho.

## **4 A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO**

Quais são as políticas públicas criadas no Brasil e quais delas são aplicadas no município de Encantado no ano de 2017, de forma a garantir a máxima proteção ao idoso, levando em consideração a Lei nº10741/2003?

Antes de tratar de forma específica da situação do município de Encantado, será necessário verificar as políticas públicas destinadas ao idoso no Brasil.

### **4.1 As políticas públicas para a terceira idade no Brasil**

A Constituição Federal de 1988 reconhece em diversos artigos os direitos dos idosos. Considerando que a legislação seja apenas uma das iniciativas a serem assumidas pelo Poder Público, verifica-se a necessidade de uma codificação mínima sobre o assunto a partir da esfera federal, para efetivar os direitos do idoso.

Objetivo é de assegurar o direito social dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL,1994).

Em 2003 foi aprovado o Estatuto do Idoso, que define as tarefas de cada órgão público na execução das diretrizes da política de proteção ao idoso. Cria um sistema jurídico em defesa do idoso, com regras processuais novas, que ampliam a competência dos juizados.

Em 2010, foi criado o Fundo Nacional do Idoso pela Lei 12.213. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), os Conselhos de Direito da Pessoa Idosa impulsionados pelos movimentos sociais com a participação de vários órgãos do Executivo e de representantes da sociedade. O controle social é fundamental para implantar as políticas, como assinala Giacomini (2013) em um balanço dos 10 anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI).

O Ministério da Saúde atua como órgão normativo, já que considera que a operacionalização e a execução das ações voltadas para a atenção à saúde do idoso competem às secretarias estaduais e municipais de saúde.

A Lei ressalta que o apoio informal e familiar constitui os aspectos fundamentais na atenção à saúde desse grupo populacional. Isto não significa, no entanto, que o Estado deixa de ter um papel preponderante na promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso, nos três níveis de gestão do SUS, capaz de otimizar o suporte familiar, sem transferir para a família a responsabilidade desse grupo populacional.

Nos últimos anos, com o aumento da população acima dos 60 anos, devido ao aumento da expectativa de vida, o poder público é desafiado constantemente à implantação de métodos para enfrentamento do problema, já que o idoso consome mais serviços de saúde, as internações hospitalares são mais frequentes e o tempo de ocupação do leito é maior do que o de outras faixas etárias.

Para execução das diretrizes desta política, o Sistema Único de Saúde conta com as equipes de saúde familiar para a assistência básica de saúde, hospitais gerais e centros de referência à saúde do idoso (SILVESTRE; COSTA-NETO, 2003; LIMA et al., 2010) descritos abaixo.

**Atendimento Domiciliar** – Prestado à pessoa idosa com algum nível de dependência com vistas à promoção da autonomia, da permanência no próprio domicílio e do reforço dos vínculos familiares e de vizinhança.

**O Benefício de Prestação Continuada (BPC)** – é um benefício de 01 (um) salário mínimo mensal pago às pessoas idosas com 65 (sessenta e cinco) anos ou

mais, conforme o estabelecido no Art. 34 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 e no Estatuto do Idoso.

**Políticas de trabalho, previdência e seguridade social no Brasil** – é amplamente difundido que a atuação do Estado por meio do Instituto Nacional da Seguridade Social, apresenta distorções, que prejudicam as aposentadorias e pensões, que não correspondem ao devido retorno financeiro que deveria ter, com base nas contribuições pagas ao longo da vida laboral, quando a aposentadoria não é suficiente para cobrir as custas da velhice. Mesmo que seja uma velhice saudável, faz com que muitos idosos necessitem voltar ao mercado do trabalho (CAMARANO, 2002).

**Os principais benefícios da previdência social são:** aposentadorias (por tempo de contribuição, idade ou invalidez) e pensões por morte. A aposentadoria por idade é, por definição, um benefício para atender especificamente aos idosos. É devida aos indivíduos que completam 65 anos, se homens, ou 60 anos, se mulheres desde que tenham contribuído por pelo menos 15 anos. São elegíveis para o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição os indivíduos que contribuíram para o sistema por no mínimo 35 anos, se homem, ou por 30 anos, no caso das mulheres (CAMARANO, 2002).

Os idosos de hoje viveram a sua vida ativa em um período marcado pelo crescimento econômico e por empregos estáveis e formais. Estão, atualmente, usufruindo dos ganhos da Constituição de 1988 no que tange à ampliação da cobertura dos benefícios da seguridade social, principalmente, nas áreas rurais. Em 2003, quase 80% da população idosa recebiam benefícios da seguridade social e 86% residiam em casa própria (CAMARANO, 2006).

### **Políticas de esporte, turismo e lazer e educação para os idosos:**

Cabe aos Ministérios do Esporte e do Turismo a elaboração; a implementação e o acompanhamento de programas esportivos e de exercícios físicos destinados às pessoas idosas, bem como de turismo que propiciem a saúde física e mental deste grupo populacional.

### **As políticas públicas e a cidadania no envelhecimento:**

Através de uma reflexão, este tópico tratará da questão levantada pelo trabalho, levando em conta a legislação e o efeito das políticas públicas adotadas pelo governo federal para a cidadania dos idosos na sociedade brasileira. Em relação ao conceito de cidadania Pinsky (2003) define que ser cidadão é ter direitos civis, ou seja, direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a Lei. É também ter direitos políticos e sociais; poder influenciar no destino da sociedade, ter a garantia da participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e a uma velhice tranquila. O autor ainda completa que exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, que são resultados da luta de uma construção histórica da sociedade ocidental.

A Constituição Federal, logo no art. 1º declara que são princípios fundamentais da República Federal do Brasil, a cidadania e a dignidade humana. Portanto, o idoso possui status de cidadão, tendo todos os seus direitos assegurados, como todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer distinção.

Constata-se atualmente que o Brasil deixa muito a desejar perante tais princípios, notoriamente por políticas mal-empregadas com falta de projetos e destinação de recursos insuficientes para a demanda da necessidade de atendimento da classe de idosos.

A seguir, examinar-se-á as políticas públicas voltadas aos idosos no município de Encantado.

#### **4.2 As políticas públicas para a terceira idade no município de Encantado em 2017**

No município de Encantado, durante a elaboração de nossa pesquisa de campo verificou-se que a maioria das ações de iniciativa pública municipal estão centradas no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Encantado.

Credenciado junto ao CRAS de Encantado, verificou-se que funciona no município ASSEDI – Associação Encantadense do Idoso. A ASSEDI funciona na

Rua Oswaldo Aranha, 614, no bairro Centro em Encantado-RS. Ela atende a nove grupos, em torno de 800 idosos, tanto da área urbana como rural. Realiza atividades como recreação, ginástica, palestras, passeios de integração, participação em eventos. Conta com um educador físico pago mensalmente para a terceira idade, com orientação para cuidados no trabalho. A ASSEDI também conta uma diretoria executiva, uma diretoria de idosos e com 23 pessoas voluntárias. A entidade sobrevive com recursos financeiros do Poder Público Municipal e doações voluntárias.

A ASSEDI Iniciou suas atividades em 1º de agosto de 1990. A principal finalidade foi de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao idoso. Congregar todos os grupos do município, proporcionando lazer, recreação, inserção social, promovendo palestras, cultura, de maneira que os idosos se sentissem valorizados pela sociedade. Desenvolveu no ano de 2017 várias atividades como Projeto avós jardineiros, Coral, vários encontros com ginástica e recreação. Realiza bailes e passeios a outros municípios. Integra os idosos em eventos municipais como a Semana Farroupilha, Semana Italiana, Dia Internacional do idoso. Os grupos de idosos do interior do município de Encantado encontram-se uma vez por mês, conforme um calendário existente na instituição, atendendo cerca de 283 idosos.

O CRAS do Município de Encantado também realizou diversas atividades com os idosos no ano de 2017, período que serviu de base para a nossa pesquisa. Palestras sobre violência doméstica, saúde e meio ambiente, relações familiares, atividades setembro amarelo e outubro rosa. Oficinas sobre artesanatos e pintura, páscoa e natal. Realização de aulas de violão. Participação em eventos como na feira da mulher na praça, festa junina, teatro do dia das mães. Realizou viagens de integração: Maria Fumaça, Epopeia Italiana, vinícola Aurora (Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa) e uma viagem à praia de Tramandaí.

No município também são confeccionadas credenciais para idosos acima de 60 anos, residentes no município de Encantado, sendo válido para estacionamento em todo território nacional. As credenciais são regulamentadas através da Resolução 303 de 18 de dezembro de 2008 que dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas.

Também fica a cargo do município a orientação e o encaminhamentos e preenchimento do requerimento para BPC e inserção no Cadastro Único. O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais de baixa renda. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente.

O Município de Encantado proporciona transporte gratuito ao idoso com mais de 65 anos, benefício que o idoso interessado possui direito mediante a confecção da carteira do idoso para gratuidade de transporte coletivo urbano municipal acima de 65 anos de idade.

Referente ao tratamento de saúde destinado ao idoso, o município dispõe de quatro ESF (Estratégia da Saúde da Família) e uma ACS (Agente Comunitário de Saúde), postos de saúde especializados em saúde da família. Parte do programa consiste em visitas médicas e da equipe de enfermagem em um dos turnos, durante a semana, a pessoas em situação de necessidades, idosos e acamados.

Infelizmente, o município de Encantado não conta com um atendimento na área específica de geriatria, pois não há profissional vinculado aos prestadores do município, atualmente com essa especialidade. O hospital dispõe de tal serviço e, por isso, há contrato de prestação de forma terceirizada, mas não há um atendimento preventivo.

Existe também a realização de visitas domiciliares na residência de idosos e PCD's (pessoa com deficiência), conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais dentro do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Este serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento dos vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa também à garantia de direitos, à inclusão social, à prevenção de situações de risco, bem como à exclusão e o isolamento.

As visitas domiciliares são realizadas por assistente social e psicóloga do CRAS. Atendem, em média, uma família de idoso por semana. São desenvolvidas ações de apoio, informação, orientação e encaminhamento conforme suas necessidades. Em alguns casos de idosos de baixa renda é oferecida alimentação.



A demanda surge de forma espontânea e através de encaminhamentos da rede. A média de idade é de 65 a 85 anos.

O Município, em parceria com o Ministério Público e Polícia Civil, criou um canal de denúncias contra maus-tratos aos idosos através do disque 100, que verifica os casos de denúncia de maus tratos e ou abandono praticados contra o idoso.

O município faz o encaminhamento e acompanhamento de idosos em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). O município possui a casa do idoso que realiza atendimentos na área de convivência aos idosos. Seu atendimento é realizado durante períodos do dia, não prevendo atendimento noturno, salvo programações pontuais. Existem no município alguns lares de acolhimento de idosos, de forma residente. Estes são de cunho particular, entretanto por vezes a administração “compra” vagas para idosos em situação de vulnerabilidade social.

É oferecida para pessoas idosas, de baixa renda, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer na família.

Os idosos são encaminhados para as instituições da região, atualmente Encantado e Roca Sales. Em 2017, foram atendidos seis idosos, dos quais faleceu um idoso e outro retornou para a família. Os demais ainda se encontram institucionalizados.

São três as casas-lares ou casas geriátricas, de cunho particular, sem ajuda financeira dos órgãos públicos, atendendo idosos no município de Encantado. O Lar Lavínia Fraga, com atendimento 24 horas, cuidando do idoso. Situada na Rua Sete Irmãos,35, bairro Centro em Encantado. Os recursos humanos são constituídos por um médico, um fisioterapeuta, uma nutricionista, dois enfermeiros, uma técnica de enfermagem, uma cozinheira, uma ajudante de serviços gerais. São sete pacientes permanentes. Não recebem auxílio do Poder Público. Os familiares dos idosos pagam um valor de acordo com a dificuldade e o cuidado que cada pessoa necessita.

A Morada do Aconchego é um residencial geriátrico que trata as pessoas com carinho, confiança e competência. Localiza-se na rua Sete Irmãos, nº 410, bairro Centro em Encantado. Tem capacidade para vinte e cinco idosos permanentes. Atualmente abriga dezenove idosos e mais 3 cadeirantes. Conta com os seguintes profissionais: um médico, uma enfermeira, quatro técnicas de enfermagem, quatro cuidadores, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, uma nutricionista (uma vez por semana), um educador físico (três vezes semana), uma secretária e higienizadores. O trabalho é acompanhado por um advogado e um escritório de Contabilidade.

A Casa do Idoso Raio de Sol Ltda. situa-se na rua Sete de Setembro, 807, bairro Centro em Encantado. Possui capacidade de atendimento para doze idosos. O atendimento aos idosos compõe-se de três tipos de serviços: residencial fixo, creche e hotelaria. O serviço residencial fixo atende a quatro idosos que moram na casa-lar, recebendo a visita dos familiares. A creche oferece serviço diário. Os filhos deixam seus pais durante o dia ou no período que precisarem (manhã ou tarde) e retornam à noite para buscá-los. Atualmente, dois idosos recebem este atendimento. O serviço de hotelaria, beneficia a família que necessita ausentar-se um período por motivos particulares. Os familiares deixam o idoso na casa-lar, pagando as diárias de permanência. Os profissionais que fazem o atendimento são um médico que faz consulta mensal e quando for chamado; uma enfermeira, responsável técnica, trabalhando quarenta horas; uma técnica de enfermagem, fazendo toda a parte de higienização pessoal dos idosos e a medicação necessária; uma cuidadora com doze horas por semana; uma nutricionista que faz o cardápio, pesando os pacientes e fazendo a devida avaliação de quinze em quinze dias; uma cozinheira orientada pela nutricionista; uma fisioterapeuta contratada pela casa-lar, trabalhando duas horas por semana, podendo ser contratado pela família para consulta individual. A casa recebe o serviço de um advogado e do escritório de contabilidade. A casa não recebe recursos públicos, somente doações dos familiares dos idosos.

O CRAS do município realiza cursos, oficinas (artesanato e pintura) com grupos de idosos. Tem como objetivo a interação social, o aprendizado, a troca de vivências, além da oportunidade de geração de renda e a melhoria da qualidade de vida destas famílias. Nestes projetos estão previstas também outras atividades como: dinâmicas de grupo, palestras sobre assuntos de interesse dos usuários, viagens de integração, ginástica etc.

Todos os Postos de Saúde têm programas ligados aos ESFs/ACS. Da mesma forma, há atividades junto à Casa do Idoso como o Programa Viver Bem, iniciando uma atividade junto à Academia de Saúde do bairro Planalto que terá atividades físicas e, provavelmente, assistência nutricional.

#### **4.3 As políticas públicas criadas para combater a violência contra o idoso no Brasil**

Não existem políticas públicas voltadas a coibir a violência contra o idoso no Brasil. Na prática, tem-se visto que os idosos, tanto como outras categorias sociais, sofrem com a violência urbana existente nas áreas urbanas, sendo ele muitas vezes a vítima mais vulnerável em decorrência da sua saúde física e mental.

O legislador no Estatuto do Idoso, preocupado com crimes que pudessem ser praticados contra o idoso, criou tipos penais para protegê-lo da violência, inclusive, no âmbito familiar. O Estatuto do Idoso utiliza o direito penal como instrumento necessário para proteger os direitos dos idosos, impondo sanções aqueles que desrespeitarem o bem jurídico tutelado. Os crimes previstos no Estatuto do Idoso são todos de ação pública incondicionada.

A Lei 10.741/03 traz em seu bojo, um capítulo específico para tratar dos crimes praticados contra o idoso do artigo 96 a 108 do Estatuto do Idoso, os quais serão analisados de forma individual, através de breves comentários.

Alguns delitos criados pelo Estatuto do Idoso realmente são tipos penais novos, não previstos no Código Penal a exemplo do art. 96 - discriminação bancária, em meio de transporte, ao direito de contratar ou meio de exercício da cidadania; art. 103 - negativa de acolhimento ou permanência; art. 104 - retenção de documento; art. 105 - exibição ou veiculação injuriosa; art. 106 - induzimento à outorga de mandato, e, art. 108 - lavratura irregular de ato notarial). A maioria dos tipos penais constituem em espécies de delitos já existentes, aos quais se acresceu a condição da vítima ser pessoa idosa ou cuidar-se de assunto a ela jungido. Neste sentido pode-se citar o art. 97 - omissão de socorro; art. 98 -

abandono de idoso; art. 99 - maus tratos; art. 101, desobediência; art. 102 - apropriação indébita, art. 107 - constrangimento ilegal.

Além destes tipos penais já mencionados, o Estatuto do Idoso em seu artigo 100 criou um delito *sui generis* que, sem poder receber qualquer denominação específica, traz várias condutas que dizem com a discriminação profissional ao idoso, a recusa de atendimento médico, a desobediência à decisão proferida em ação civil pública que verse sobre direito do idoso e, ainda, a recusa em atender requisição do Ministério Público a respeito de informações que sejam imprescindíveis à propositura de ação civil pública.

A seguir, é feita uma síntese em breves linhas, sobre as características fundamentais dos principais tipos penais mencionados:

Artigo 96 – Delito de Discriminação. Este delito visa tutelar a dignidade da pessoa idosa, onde qualquer pessoa pode ser sujeito ativo do crime. O tipo penal visa garantir a liberdade do idoso exercer todos os atos da vida civil e de cidadania.

O crime consuma-se com a realização das condutas descritas no tipo penal: impedir ou dificultar o acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.

Artigo 97 – Delito de Omissão. Protege a saúde e a própria vida do idoso. Sujeito ativo poderá ser qualquer pessoa. O crime consuma-se com a mera omissão do agente, e por se tratar de crime comissivo, não admite tentativa.

Artigo 98 – Delito de Abandono. Este tipo penal protege à saúde e vida do idoso. Podem ser sujeito ativo somente as pessoas que são obrigadas a prover a necessidade básica do idoso. O crime é consumado com a prática “abandonar” e “não prover”, não sendo admitida a tentativa por tratar-se de crime comissivo. Se a intenção do indivíduo for o tratamento efetivo do idoso ou se o próprio idoso não aceita receber os cuidados ou assistência devidos, não haverá crime.

Artigo 99 – Delito de Maus-Tratos. O tipo penal visa proteger à vida ou a saúde tanto física quanto psíquica do idoso, além de resguardar o direito ao trabalho. O sujeito ativo pode ser qualquer pessoa. O crime consuma-se com a

prática das condutas de “expor a perigo” “privar de alimentos ou cuidados” ou “sujeitar a trabalho excessivo ou inadequado”, sendo a tentativa admissível apenas nas condutas comissivas.

Artigo 101 – Desobediência Injustificada de Ordem Judicial. O tipo penal tutela a regularidade da Administração da Justiça. Sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, inclusive o destinatário ou responsável pelo cumprimento e execução da ordem judicial. A Administração da Justiça também figura como sujeito passivo, além obviamente do idoso. O crime exige apenas o dolo como elemento subjetivo e a consumação ocorre com a prática das condutas de “deixar de cumprir” retardar”, “frustrar”, sem justo motivo.

Artigo 102 – Apropriação ou Desvio de Bens. A norma visa a proteção do patrimônio do idoso, representado pelos bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento. Pode ser sujeito ativo qualquer indivíduo que tenha a posse/aceso ao patrimônio do idoso. Exige-se o dolo, o crime estará consumado com a prática das condutas descritas, admitindo-se tentativa. Não desfigura o crime o ressarcimento ao prejuízo causado ou a restituição e composição após a consumação do delito.

Artigo 103 – Negativa De Acolhimento ou Permanência em Abrigo. Protege à liberdade individual do idoso, que pode outorgar procuração quando e a quem desejar. De forma secundária, há a proteção de sua vida e integridade corporal, representada pelo direito ao abrigo quando necessitar. Cometerá o crime o responsável pela instituição de atendimento a quem o idoso solicite abrigo. Elemento subjetivo é somente dolo. O crime é consumado com a efetiva negativa de abrigo, não se admitindo tentativa. É crime formal e de mera conduta, não se exige um resultado finalístico.

Artigo 104 – Exercício Arbitrário das Próprias Razões. A norma resguarda a administração da justiça e o patrimônio do idoso. Sujeito ativo é qualquer pessoa que ostente a condição de credor. O autor age com a finalidade específica de assegurar o recebimento ou ressarcimento de dívida. O delito é consumado no momento da efetiva retenção.

Artigo 105 – Exposição Indevida de Imagens ou Informações Depreciativas. O tipo penal protege a honra, a imagem e a dignidade da pessoa idosa. Qualquer

pessoa poderá ser sujeito ativo, na modalidade coautoria e participação. Elemento subjetivo é dolo de expor a imagem do idoso, assim como depreciá-lo e o crime consuma-se com a efetiva exibição ou veiculação das informações ou imagens. Em relação a imagem, o dispositivo alcança qualquer foto, desenhos ou vídeos, de forma depreciativa ou injuriosa por qualquer meio de comunicação.

Artigo 106 – Indução a Erro. O bem jurídico tutelado é o patrimônio de pessoa idosa. Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo. O tipo penal objetivo consiste em induzir por persuasão, pessoa idosa, sem a perfeita compreensão de seus atos, a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente. Basta a mera indução, não se exigindo que haja qualquer prejuízo ao patrimônio do idoso para que haja consumação.

Artigo 107 – Coação. A norma resguarda a liberdade de escolha e o patrimônio do idoso. A conduta é mais grave que a descrita no artigo 106 pois neste caso a pessoa idosa será também impedida de se autodeterminar e dispor de forma livre de seus bens sendo esta coagida a doar, contratar, testar ou outorgar procuração. A coação independe do idoso ter ou não discernimento. O tipo penal objetivo consiste em coagir, que significa constranger ou forçar o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração. Sujeito ativo pode ser qualquer pessoa. Ocorre a consumação com a coação, não há exigência que a vítima doe, contrate, teste ou outorgue a procuração.

Artigo 108 – Prática de Ato Jurídico Sem Representação Legal. O tipo penal tutela a Administração Pública. Não exige o prejuízo ao maior de 60 anos. É crime próprio: apenas o tabelião de notas, oficial/escrevente/ responsável, que no caso tem equiparação com funcionário público. Consumação ocorre com a efetiva lavratura do ato notarial, admitindo-se a tentativa.

No próximo capítulo será examinado os tipos penais que foram praticados contra o idoso no município de Encantado.

#### **4.4 A violência contra o idoso no município de Encantado em 2016/2017**

A pesquisa sobre os dados criminais buscando revelar os índices criminais dos delitos praticados contra o idoso, foi realizada junto à Delegacia de Polícia de Encantado, com base em registros policiais e feitos policiais existentes naquele órgão policial.

Verificou-se através da análise dos feitos existentes, que há um baixo índice de crimes praticados contra o idoso no município de Encantado. No período pesquisado, foi constatado que em 2016, houve requisição judicial para a instauração de inquérito policial para apurar crime previsto no artigo 102 do Estatuto do Idoso. Foi instaurado o Inquérito Policial número 888/2016. A autora, filha da vítima que contava na época com 67 anos teria se apropriado indevidamente de seus documentos e cartões de aposentadoria, desviando os rendimentos da vítima. Os documentos foram restituídos a vítima. A filha foi indiciada.

No ano de 2017, constatou-se que foram instaurados apenas 02 procedimentos investigatórios para apurar crimes contra os idosos. Foi instaurado o inquérito policial número 299/2017 para apurar crime de maus-tratos praticado contra uma vítima idosa. A vítima, na época dos fatos, possuía 80 anos de idade. O autor do delito foi o genro da vítima. O autor foi indiciado. Não foi verificado se a vítima ficou aos cuidados da família ou encaminhada ao abrigo existente no município.

Em 2017, também foi instaurado um segundo procedimento policial sob número 661/2017, por crime de abandono de um casal de idosos pelas filhas. O genitor possuía 78 anos, enquanto a genitora possuía 74 anos. Através do documento anexado aos autos, verificou-se que o idoso faleceu logo em seguida, sendo que a genitora não se tem notícia que tenha sido cuidada por uma das filhas, ou estaria abrigada.

Como foi dito no início do presente capítulo, a criminalidade em Encantado contra o idoso é muito baixa, possivelmente em decorrência da rede de apoio que os idosos de Encantado recebem do município, visto que a maioria deles está inserida em atividades sociais e na vida comunitária. Contudo, alguns idosos de baixa renda, que dependem dos familiares, ou são arrimos dos filhos, são vítimas de crimes de

abandono, maus-tratos e apropriação de bens. Percebe-se que neste tipo de delito, pela realidade existente no município de Encantado, os autores são parentes próximos das vítimas, situação que deve se repetir em outros municípios da região.



## 5 CONCLUSÃO

Em busca de conhecimento para que este trabalho “A (IN) EFICÁCIA DO DIREITO DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE ENCANTADO-RS”, traduzisse a real situação encontrada junto aos órgãos constituídos, referentes ao citado, foi organizado um estudo, com base, no Estatuto do Idoso criado pela Lei nº 10.741/2003 e pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A definição de idoso pela idade cronológica, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), 60 anos ou mais em países em desenvolvimento e 65 anos ou mais em países desenvolvidos, diferencia em termo com o Brasil, porque, para os brasileiros está definido através do artigo 1º da Lei do Estatuto, que está assegurado às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Verifica-se diferentes termos quanto à designação da pessoa idosa, três principais: “velho” é fortemente assimilada à decadência e muito confundida com a incapacidade para o trabalho; “idoso” geralmente faz alusão aos aspectos de fragilidade, ausência de saúde, impotência e perda de memória e “terceira idade”, foi criado para designar a representação de jovens aposentados.

Assim, este estudo empenhou-se em retratar a fase final da vida das pessoas que ultrapassam 60 (sessenta) anos de idade, sua convivência com a sociedade, com os filhos, com amigos, com assistentes, com a religião sempre utilizando as Normas do Direito estabelecidas pela Legislação vigente. São diversos os direitos vistos, como direito à saúde, proporcionado pelos órgãos públicos; direito a lazer, também oferecido por organizações constituídas pela esfera Federal, Estadual e

Municipal; obrigação dos filhos para os devidos cuidados até o fim da existência desta parcela da população. O estatuto deixa a cargo dos conselhos Nacional, Estadual e Municipal do Idoso e do Ministério Público a fiscalização e controle destas normas.

O objetivo geral do trabalho foi concentrado em conhecimento da execução das políticas públicas de proteção integral e como está sendo combatida a violência contra o idoso no Brasil, tomando como parâmetro o município de Encantado - RS.

Conforme exposto, depara-se com dificuldades encontradas no Poder Público Municipal, no sentido de atender a demanda necessária para o atendimento das obrigações que lhe são atribuídas, principalmente, no que tange a Casas Geriátricas, com muitos idosos obrigados a serem internados em casas-lares privadas, arcando com todos os custos, o que acarreta grande dificuldade em consequência do baixo salário do benefício da aposentadoria, quase sempre insuficiente, obrigando familiares a fazerem a complementação.

A população idosa, formada por pessoas a partir dos 60 anos, de acordo com a resolução da Organização Mundial de Saúde (OMS), tem crescido rapidamente em todo o mundo. É uma transformação demográfica que traz razões fundamentais e imperiosas para se refletir sobre a questão

Acredita-se que as pessoas idosas precisam ter seus direitos respeitados; bem como uma velhice saudável e em condições dignas, com acesso a bens e serviços e à convivência familiar e comunitária. Outrossim, devem ter o direito ao trabalho se assim o desejarem; mas que este direito não se torne um dever estimulado por um sistema que já os excluiu de tantos direitos ao longo da vida, embora este grupo já tivesse sua parcela de contribuição na sociedade, necessitando agora ter o merecido descanso após anos de trabalho.

Não se acredita na velhice inerte, como sinônimo de perdas de capacidades físicas, intelectuais e sociais, mas como uma ocasião para ganhos, dependendo principalmente do estilo de vida e do ambiente ao qual foi exposto ao longo da vida (FERNANDES; SANTOS, 2007).

Deste modo, faz-se necessário pensar a nível de Brasil, em que condições está a infância, a adolescência e a vida adulta da população brasileira. É preciso verificar o nível educacional e os serviços de saúde, para se chegar a uma velhice realmente saudável. Se todos estes benefícios fossem aplicados durante todos os ciclos de vida, não seria necessária a criação de leis específicas para os idosos, pois já estariam amparados ao longo de toda a vida.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. **Da tramitação processual prioritária** (Leis n.12.008/09). São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, Sonia Faria Mendes et al. **População idosa no Brasil: perspectivas e prioridades das políticas governamentais e comunitárias**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992. p. 471.

\_\_\_\_\_. **As políticas públicas para os idosos no Brasil: a cidadania no envelhecimento**. ANPAD. Salvador: 2008. Disponível em: <[www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG500.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG500.pdf) S.A.2012>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 13. ed. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2000.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Secretaria de Estado e Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1997, Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Constituição da República do Brasil de 5 de outubro de 1988. Diário. Oficial da União, Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Estabelece a criação do Conselho Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741 de 01 de outubro 2003, que apoiava o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: 2004.

\_\_\_\_\_. Lei Federal número 8.842 de 4 de janeiro de 1994, a Política Nacional do Idoso, regulamentada pelo Decreto Federal número 1948, de 3 de julho de 1966. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. República federativa do Brasil. Constituição Federal da República Federativa, Brasília, 1988.

CAMARANO, A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. de et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002. p. 58-71.

CAMARANO, A. A. Os Impactos sociais da velhice. **Idade Ativa - Revista Eletrônica da Terceira Idade**, São Paulo. Entrevista concedida a Mário Augusto Paixão. Disponível em: <[www.idadeativa.com.br](http://www.idadeativa.com.br)>. Acesso em: 30 out. 2018.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: UNIVATES, 2015.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei n. 10741 de 1º de outubro de 2003. Brasília, Diário Oficial da União, Edição n. 192 de 03/10/2003.

GIACOMIN, K, C. Panorama dos 10 anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. In: MULLER, Neusa Pivatto; PARADA, Adriana (Org.). **Dez anos do Conselho Nacional dos direitos do idoso**. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2013. p. 175-188.

FERNANDES, M. G. M.; DOS SANTOS, S. R. Políticas Públicas e Direitos dos Idosos: desafios da agenda social no Brasil contemporâneo. **Achegas. Net. Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 34, mar./abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Perfil Demográfico dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2012-2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, M. Envelhecimento da população brasileira: Aspectos gerais. In: \_\_\_\_\_. **O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1997.

\_\_\_\_\_. **O envelhecimento da população brasileira em nível regional: 1940-2050**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1997. (Trabalho parcial da tese de doutorado Envelhecimento da população brasileira).

NERI, Liberalesso Anita. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas: Papirus, 2001. p. 101.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **A história da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa Ramos. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, Atlas, 2014, p. 233, 234, 236.

REVISTA EXAME. **Quem são e como vivem os idosos do Brasil**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/quem.são.e.como.vivem-os-idosos-do-brasil/>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

SÁ, J. L. M. A formação de recursos humanos em Gerontologia: fundamentos epistemológicos e conceituais. In: Freitas, E. V. (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002, p. 1119-1124.

SILVA, Vandir da; BONFÁ, Sandra Julião. **Artigos doutrinários – Direito dos idosos**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/45978/abandono-afetivo-inverso/2>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVESTRE, Jorge Alexandre; COSTA NETO, Milton Menezes da. Abordagem do idoso em programas de saúde da família. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n. 3, p.839-847, 2003.

SOUZA, Tatiana Roberta de. Lazer, turismo e políticas públicas para terceira idade. **Revista Científica Eletrônica Turismo**, ano III, n. 4. jan. 2006. Semestral. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/AOFXoT8dR4BEfd6\\_2013-5-20-16-24-21.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/AOFXoT8dR4BEfd6_2013-5-20-16-24-21.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

TOALDO, Adriane Medianeira; MACHADO, Hilza Reis. **Abandono afetivo do idoso pelos familiares**: indenização por danos morais. Rio Grande, nov. 2018. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11310&revista\\_caderno=14%3E](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11310&revista_caderno=14%3E)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010.



**UNIVATES**

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil  
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000  
[www.univates.br](http://www.univates.br) | 0800 7 07 08 09